

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Zonas assombradas: breves notas de uma etnografia entre fantasmas e desastres em Petrópolis-RJ

Felipe Akira Miasato

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17096>

Submetido em: 2026-07-23

Postado em: 2026-07-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Martinho Silva (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3577-958X>)

ZONAS ASSOMBRADAS: BREVES NOTAS DE UMA ETNOGRAFIA ENTRE FANTASMAS E DESASTRES EM PETRÓPOLIS-RJ

FELIPE AKIRA MIASATO, Doutor em Saúde Coletiva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1182-6807>

felipemiasato@gmail.com

Instituto de Medicina Social, UERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO: Após desastres, é comum a circulação de narrativas sobre fantasmas e assombrações nas áreas devastadas, fenômeno pesquisado internacionalmente. Não são metáforas: pessoas relatam aparições naquelas áreas e evitam frequentá-las, conforme observado em diversos países. Este trabalho apresenta breves notas da etnografia “Águas passadas”, tese defendida no IMS/UERJ, que analisou essas experiências em Petrópolis, município historicamente atravessado por desastres. Perspectivas socioantropológicas e decoloniais, em diálogo com a psicanálise, nortearam e desnortearam o trabalho de campo, configurando essa pesquisa como um convite à hospitalidade aos fantasmas, por uma preocupação por justiça, como defendeu Derrida. A assombração e o fantasma são conceitos operativos, sustentados pela socióloga Avery Gordon, que constituem, respectivamente, tanto uma experiência quanto uma figura social dotada de agência. Criticamente distante de abordagens que tendem à condescendência e à medicalização desses fenômenos sociais, as zonas assombradas configuram um limítrofe não-lugar feito de transições, passagens e mortes, onde os vínculos sociais se estendem para além dos vivos, atravessado por medos, interseccionalidades, desenraizamentos e disputas de pertencimento. Nessas zonas, essas narrativas se constituem como um trabalho coletivo de memória e elaboração, e um recurso estratégico contra o esquecimento.

Palavras-chave: desastres, memória, assombração, medicalização

HAUNTED ZONES: BRIEF NOTES FROM NA ETHNOGRAPHY OF GHOSTS AND DISASTERS IN PETRÓPOLIS-RJ

ABSTRACT: In the aftermath of disasters, the proliferation of narratives about ghosts and hauntings in devastated areas is a widely documented phenomenon that has been studied across different countries. These are not merely metaphors: people report apparitions in such places and avoid visiting them, as has been observed in many countries. This paper presents brief reflections drawn from the doctoral thesis “Águas passadas” (*Water Under the Bridge*), defended at IMS/UERJ, which examined these experiences in Petrópolis, a municipality historically marked by recurrent catastrophes. Socio-anthropological and decolonial perspectives, in dialogue with psychoanalysis, both guided and unsettled the fieldwork, shaping this ethnography as an invitation to hospitality toward ghosts, motivated by a concern for justice, as advocated by Derrida. Haunting and the ghost are operative concepts, drawing on the work of sociologist Avery Gordon, who conceives them, respectively, as both a social experience and a social figure endowed with agency. Critically distancing itself from approaches that tend toward condescension and the medicalization of these social phenomena, the notion of haunted zones refers to a liminal non-place constituted by transitions, passages, and deaths, where social bonds extend beyond the living and are traversed by fears, intersectionalities, uprootings, and contested forms of belonging. Within these zones, such narratives emerge as a collective work of memory and a strategic resource against forgetting.

Keywords: disasters, memory, haunting, medicalization

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil tem se destacado no cenário global dos desastres, rompendo com o imaginário histórico de um país imune aos “desastres naturais”. Nesse contexto, o tema dos desastres tem ocupado espaços centrais na Saúde Coletiva, especialmente diante das mudanças climáticas e das profundas desigualdades socioambientais no país. O município de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, destaca-se historicamente em relação aos desastres. Na intitulada “cidade imperial”, os desastres se repetem secularmente. Diferentemente de outras narrativas, sobretudo acadêmicas e midiáticas, em Petrópolis o desastre não aparece como um acontecimento extraordinário, totalmente fora do comum e do esperado; ao contrário, se inscreve de forma recorrente na cidade e atravessa o cotidiano de quem ali vive ou já viveu.

Isso não significa que os impactos sejam menores, que a surpresa não exista ou que haja algum tipo de banalização diante das inúmeras inundações e deslizamentos de terra. Significa, antes, que os desastres em Petrópolis são profundamente vinculados a dimensões estruturais, históricas, sociais e culturais que marcaram a própria construção da cidade e continuam a impactar sua população. Fundada em 1843, a cidade tem enfrentado sucessivos problemas associados às chuvas intensas, típicas da região. Projetada inicialmente para receber a corte de D. Pedro II, a cidade foi desenvolvida além do planejado, especialmente nas últimas décadas (Guerra et al., 2007). Entre os 66 desastres registrados (em números oficiais) na cidade ao longo de 34 anos (de 1988 a 2022), contabilizaram-se (em números oficiais) 640 vítimas fatais – uma proporção de 208 mortes para cada 100 mil habitantes (Macedo; Sandre, 2022).

Em janeiro de 2011, o desastre ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro, considerado um dos maiores eventos deslizamentos de terra do Brasil, atingiu sete cidades da região, principalmente os municípios de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, causando (em números oficiais) 947 mortes, 300 desaparecimentos, mais de 50,000 desabrigados e afetando quase um milhão de pessoas (Dourado; Coutinho; Arraes; Silva, 2012). Naquela ocasião, chuvas fortes contribuíram para enchentes e deslizamentos, atingindo áreas urbanas e rurais, isolando-as e comprometendo serviços de abastecimento de água, energia elétrica e telefonia. Os sete municípios declararam estado de calamidade pública. Em Petrópolis, o Vale do Cuiabá foi um dos bairros mais afetados. Recentemente, em fevereiro e março de 2022, a cidade foi afetada por dois eventos climáticos extremos, desencadeados por chuvas intensas, que resultaram em desastres sem precedentes em sua história,

tanto em número de vítimas fatais quanto de pessoas afetadas – culminando em 241 mortes e em um elevado número de desabrigados (Blaudt; Alvarenga; Garin, 2023).

Nesse cenário, observamos um fenômeno amplamente documentado em pesquisas internacionais, mas ainda não explorado no Brasil: as narrativas e experiências envolvendo fantasmas e assombrações em áreas devastadas por desastres. Não se trata de metáforas: pessoas relatam aparições naquelas áreas e evitam frequentá-las, conforme demonstram pesquisas realizadas na Tailândia, no Japão, nos Estados Unidos da América, no Vietnã, na China, na Argentina e em diversos países. Recentemente, em novembro de 2024, um artigo publicado na revista *National Geographic* trazia o seguinte título: “Por que o aumento dos desastres naturais pode desencadear uma elevação nas crenças paranormais?” (Seifert, 2024). Nesse sentido, estabelece-se cada vez mais uma relação entre a ocorrência de desastres e os relatos de experiências de sobreviventes envolvendo essas narrativas. Autoras e autores (Akiko, 2010; Blanco; Peeren, 2013; Gustafsson, 2007; 2009; Kilroy-Marac, 2013; 2019; Kwon, 2008; Parry, 2017; Rittichainuwat, 2006; 2011; Sorajjakool, 2007; Varley; Isaranuwachai; Coyte, 2012; Weiss, 2020; Yama, 2019; Yang et al., 2008) têm se dedicado ao tema, em áreas do conhecimento e em contextos de desastres diversos.

1 NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE ZONAS ASSOMBRADAS

No caso brasileiro, a noção de “zonas assombradas” foi construída como argumento e contribuição analítica na tese de doutorado “Águas passadas: uma etnografia entre desastres e zonas assombradas na cidade imperial”, primeiro estudo brasileiro dedicado ao tema, que analisou essas narrativas como fenômenos sociais, culturais e políticos, defendida em 2025. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Nº 5260, sob o número 83915924.4.0000.5260. Este trabalho apresenta a temática no contexto da Saúde Coletiva, apontando as principais referências utilizadas – com o intuito de fornecer uma espécie de mapa teórico relacionado ao tema –, e tem por objetivo expor breves notas da referida tese, com a intenção de comunicar, de forma sintetizada, seus principais achados.

As quatro notas a seguir percorrerão, brevemente, os principais argumentos da tese, desde a concepção do desastre como um processo social articulado às formas coloniais de habitar a Terra, até às novas compreensões possíveis sobre fantasmas e assombrações nesses contextos, quando decidimos, apoiados pela antropologia da saúde, levá-los à sério.

1.1 Desastres não caem do céu

Nesta nota inicial, procuro circunscrever o conceito de desastre, mobilizando definições institucionais e situando a abordagem das Ciências Sociais que orientou este estudo. Apresento duas perspectivas: a primeira, pela qual o desastre é associado a evento, em uma perspectiva institucional, e a segunda, através da qual é associado a processo, afinada com as perspectivas das Ciências Sociais.

A perspectiva conceitual trazida pela Defesa Civil é aquela que associa desastre a evento, essencialmente relacionado aos seus resultados ou consequências. Muitas definições construídas por instituições públicas mostram-se limitadas, já que foram lapidadas sem considerar as experiências subjetivas daqueles que vivenciaram o desastre. Essas definições operam com o mecanismo solução-problema, de maneira que os problemas relacionados à desastres são definidos a partir das soluções que estas instituições têm a oferecer, visando sua auto preservação (Marchezini, 2009).

Diversas são as críticas relacionadas a esse modo de definição, especialmente a partir do momento em que os desastres são tomados como objetos de investigação científica pelas Ciências Humanas e Sociais. Sendo aquela responsável pelo enfrentamento do desastre, em diferentes níveis, a Defesa Civil o define como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (Castro, 1998). Embora a definição e classificação do desastre pelas instituições responsáveis ofereça modos de organização e compreensão sobre o fenômeno, a questão conceitual permanece em aberto.

Aponto, então, para a outra perspectiva, que aproxima o desastre a processo. A discussão sociológica sobre os desastres, iniciada nos anos 1970, defendia que a ação humana estaria na base das divisões técnicas sobre as tipologias de desastres estabelecidas pelas instituições. Enrico Quarantelli, sociólogo estadunidense e referência pioneira no campo, contribuiu para o desenvolvimento dos estudos sobre desastres no campo das Ciências Sociais, especialmente ao teorizar sobre o conceito em si, e localizá-lo como um processo eminentemente social (Quarantelli, 1998). Perry (2007) apontou para três momentos que marcaram essa construção: o período clássico, o período das ameaças (hazards) e o período dos fenômenos sociais.

De forma aqui sintetizada, trataram-se de formas de compreender e de intervir sobre o desastre, nas quais este fenômeno era aproximado de outras formas de situações extremas – como a guerra, e, especialmente, a Segunda Guerra Mundial. A questão central para os estudos sobre os

desastres nas Ciências Sociais é que, a cada paradigma, novos conceitos eram articulados à teorização do desastre – como vulnerabilidade, risco, incerteza, ameaça – que se tornaram conceitos estreitamente relacionados ao desastre (Rocha; Londe, 2021). Do ponto de vista social, um desses conceitos, o de vulnerabilidade, permitiu o desvelamento das iniquidades, injustiças e violências silenciosas, capaz de demonstrar a desigual exposição aos fatores de risco entre certos grupos populacionais (Watts, 1983; Valencio, 2020). Marcadores sociais e interseccionais, como gênero, raça e classe, tornam-se essenciais na compreensão da vulnerabilização histórica e contemporânea de grupos populacionais, onde mulheres, pessoas negras e pessoas economicamente pobres são aquelas mais afetadas pelos desastres (Bolin, 2007; Berberian, 2022; Enarson; Fothergill; Peek, 2007; Cardozo; Monteiro; Lopes, 2022; Valencio, 2009).

Desse modo, o desastre, entendido como processo, deixa de ser um evento externo que irrompe na vida social, e é problematizado como algo produzido e viabilizado pelas próprias condições sociais. No contexto brasileiro, a pobreza destaca-se como a mais relevante variável na compreensão da vulnerabilidade em ocasiões de chuvas fortes nas cidades, extremamente associada à ideia de “áreas de risco” – como são nomeadas pelo poder público e institucional as territorialidades não legitimadas de pessoas, que, por vezes, são colocadas como provocadoras de suas vulnerabilidades, e constantemente questionadas sobre seus direitos de habitar e de pertencer à cidade (Valencio, 2009; Vargas, 2009). Assim, a vulnerabilidade tampouco é natural: é uma situação, que conta com processos de vulnerabilização através dos quais é construída. É o que Rocha e Londe (2021) chamaram de “causas de fundo”, com origens rastreadas até a época colonial, a partir do afastamento da população negra para áreas urbanas de pouco ou nenhum valor comercial – as ditas “áreas de risco” –, uma vez ausentes as políticas e planejamentos que contemplassem as necessidades dessa população com o fim do sistema escravagista.

Nesse sentido, perspectivas contemporâneas nos permitem estender as compreensões sobre o desastre enquanto parte do processo social e colonial, com o apoio de autores e autoras como Malcom Ferdinand, Ailton Krenak, Elizabeth Povinelli e Antônio Bispo dos Santos. Especialmente importante para este estudo, foi a proposta de construção de “uma ecologia decolonial” pelo pesquisador martinicano Malcom Ferdinand (2022). O autor propôs que pensássemos as questões ambientais a partir do mundo caribenho, descentralizando a visão eurocêntrica e a narrativa ecológica que dominam os discursos e práticas contemporâneas acerca do meio ambiente e de sua exploração.

Ferdinand (2022) apontou a centralidade da dupla fratura, colonial e ambiental, que separa a história colonial da história ambiental, em uma racionalidade dualista moderna que tratou de separar natureza e cultura, corpo e espírito, natureza e sociedade. Essas fraturas expõem o que o autor nomeou como habitar colonial: “uma forma violenta de habitar a Terra, que recusa a possibilidade de um mundo com o outro não europeu” (Ferdinand, 2022, p. 41), produzido a partir da colonização europeia das Américas, que, embora plurais, objetivava fazer habitar aqueles territórios. Para o autor, o gesto principal da colonização é o ato de habitar. Este gesto desvela camadas do projeto colonial em que humanos e não-humanos foram confundidos como “recursos”, assim como demonstra sua sustentação em ações que determinaram as fronteiras entre os que habitam e os que não habitam.

Nessa conjuntura, pesquisadoras e pesquisadores brasileiros (Marchezini, 2014; Marchezini, 2017; Rocha; Londe, 2021; Valencio, 2009; Valencio, 2014; Valencio, 2016; Valencio, 2020; Valencio; Valencio, 2018; Vargas, 2009; Venturato-Landmann, 2014) apontam para a necessidade de articulação interdisciplinar no campo dos desastres, uma vez que a predominância de definições técnico-científicas contribuem tanto para a estagnação do debate, quanto para a invisibilização de processos violentos contra as populações atingidas. Com base nessas concepções, foi possível compreender, no contexto brasileiro permeado por cenários de desastres, um fenômeno investigado mundialmente: as narrativas e experiências envolvendo fantasmas e assombrações após situações de desastres.

1.2 A etnografia em campos assombrados

Esta etnografia foi delineada a partir do diálogo com as formulações de Mariza Peirano (2014), que afirmam a inseparabilidade entre etnografia e a experiência de quem a realiza, bem como com a obra de João Biehl – especialmente seu trabalho com Catarina em *Vita: Life in a Zone of Social Abandonment* (2013) –, que orientou tanto a compreensão do fazer etnográfico quanto a postura ética adotada em campo. Biehl (2013) realizou uma extensa e profunda etnografia sobre o que conceituou como “zonas de abandono social” na cidade de Porto Alegre: *Vita*, uma instituição psiquiátrica no qual pessoas consideradas “sem lugar” pela sociedade eram depositadas e esquecidas.

Ressalto, também, a relevância da antropóloga francesa Jeanne Favret-Saada, especialmente em seu trabalho realizado nos anos 1970 sobre a feitiçaria em uma região rural da França, no qual criticou a distância condescendente com que etnógrafos escreviam sobre aquele mesmo tema. Ao recorrer ao afeto e à noção de “ser afetada” como ferramenta metodológica e ética, a autora os

diferencia da observação participante e da empatia, desestabilizando a dicotomia “nós/eles”, sem perder de vista o lugar ocupado pela pessoa pesquisadora (Favret-Saada, 2005). Embora os referenciais metodológicos sejam extensos, argumento que a etnografia permite explorar, em sua multiplicidade, a própria experiência e implicação de quem pesquisa como instrumento de compreensão do vivido em campo, bem como possibilita uma escrita mais afinada com os afetos e as lógicas internas do que com as convenções acadêmicas, abrindo-se, ainda, ao diálogo com áreas como a literatura, o cinema e a fotografia¹.

Esse embasamento teórico, orientador e constitutivo deste trabalho, pode ser encontrado nas argumentações “a favor da etnografia” de Peirano (1995; 2006; 2007; 2014), que insiste em firmá-la como uma teoria viva e vivida, procurando não a esvaziar de significado ao defini-la meramente como um método de pesquisa. Para Peirano (2014), toda etnografia é empiria e teoria, simultaneamente, e os dados coletados são questionamentos que constituem – inspirada em Evans-Pritchard – “fatos etnográficos”. Por resultado, espera-se ter mais do que a apresentação escrita de uma monografia, mas formulações teórico-etnográficas.

Também a obra de Frantz Fanon foi central para pensar o lugar ocupado por mim e pelo lugar em que coloco o “objeto de pesquisa”. Assim, o campo etnográfico foi a cidade de Petrópolis – minha cidade natal – mas também as lembranças, experiências, arquivos públicos, arquivos pessoais, conversas e entrevistas em profundidade que me atravessaram e me afetaram naquele lugar. Minha experiência pessoal me posicionou de forma privilegiada para pesquisar e estudar o assunto proposto, e foi indispensável para que o investimento e o encontro com a experiência de outras pessoas da/na cidade se tornassem um *campo* de compartilhamentos, onde novas formas de compreensão da situação envolvendo fantasmas e assombrações pudessem ser construídas a partir de uma leitura e escrita reparadoras (Sedgwick, 2002).

Minha aproximação com o campo tornou-se também envolta pelas zonas assombradas, como a densa neblina que reveste a cidade, e contribuiu para a elaboração das minhas próprias histórias de fantasmas. O trabalho de campo não foi apenas norteado por perspectivas teóricas, mas desnorteado quando as categorias analíticas disponíveis não eram suficientes para compreender o campo. Felizmente, Emiliano de Camargo David (2024) nos convida a repensar o desnorteamento.

¹ O fotógrafo Raphael Reis Boueri Amorim (Barbanjo) realizou registros no campo pesquisado. Alguns deles foram organizados na mostra fotográfica “Onde Há Sombra”, apresentada na VI Reunião de Antropologia da Saúde e submetida ao 50º Encontro Anual da ANPOCS.

Compreender o “desnorreamento” como sinônimo de loucura revela uma dupla subordinação ao “Norte” global: por um lado, a subordinação epistemológica do Sul ao eurocentrismo; por outro, a subordinação da loucura à norma da razão ocidental. Essa leitura, que encontra suporte argumentativo nas análises de Fanon e Mbembe, evidencia como o funcionamento colonial organiza hierarquias de saber e de cultura. Assim, é a esse desnorreamento que me refiro – fundamental para que esta etnografia fosse construída.

1.3 Histórias de fantasmas e fantasmas sem história

O ponto de partida da tese que originou este trabalho foi a indagação acerca das narrativas, frequentemente acionadas por populações afetadas por desastres, sobre aparições e assombrações nas áreas devastadas. De forma resumida, pretendo expor nesta nota as maneiras pelas quais os temas dos fantasmas e assombrações foram abordados pelo campo científico ao longo dos anos, e delimitar os conceitos de fantasma e assombração neste trabalho. É um tema que ocupa espaços acadêmicos, e que foi medicalizado em seu percurso investigativo.

O que são fantasmas? O que são assombrações? Inicialmente, chamo atenção para o fato de que, ao longo de décadas, “fantasmas” e “assombrações” têm sido utilizados em pesquisas sem a devida definição ou conceitualização, seja como designações de aberrações e desvios, seja como metáforas tidas como autoexplicativas. O mesmo pode ser verificado ainda hoje: a utilização desses termos em excesso, inclusive em artigos científicos, como metáforas àquilo a que se referem. Geralmente são referidas, sem assim denominar, ao conceito de sintoma, a partir do modelo de defesa psíquica do recalramento, teorizado por Freud: algo não elaborado do passado, retorna. Os fantasmas são, assim, em sua maioria, senso comum na escrita jornalística, acadêmica, literária. Aponto para a especificidade disso que nomeio como “vocabulário da assombração” – um conjunto de termos que nos parecem evidentes à leitura, à escrita ou à escuta, ainda que careçam de definição teórica – e seu frequente acionamento. Chamo atenção não só para o seu uso recorrente, mas também para o fato desse vocabulário perpassar o campo dos desastres. Não é incomum ouvirmos ou lermos que áreas devastadas por desastres logo se tornam cidades ou bairros “fantasmas”.

Na literatura acadêmica, os fantasmas e assombrações são acionados, frequentemente, dentro de paradigmas que podem ser nomeados da seguinte forma: paradigma do senso comum, onde há uma obviedade na utilização desses termos como metáforas autoexplicativas; paradigma filosófico,

que, majoritariamente, rejeita suas existências, mas que em alguns casos podem fornecer pistas para pensar importantes questões sociais, sendo, então, teoricamente relevantes; paradigma biomédico/psicológico, que tem como parâmetro a ciência médica e a crença como objeto, com interesse voltado para atividades cerebrais, comportamentais e cognitivas – podendo ser estendido para as influências ambientais –, não necessariamente patologizante, mas que compreende tais experiências/crenças como deficitárias; paradigma artístico, que busca compreender suas presenças e usos nas criações literárias e audiovisuais; e o paradigma pragmático, que reconhece-os como culturalmente situados e compartilhados coletivamente, e, assim, busca-se analisar seus impactos concretos na vida social e considerar alternativas em políticas públicas, seja na prevenção de acidentes, seja na criação de estratégias ligadas a barreiras turísticas, por exemplo. São paradigmas de extrema importância para a extensão do diálogo e da produção científica. Contudo, entendo como um dos problemas desses paradigmas o fato de não responderem à pergunta inicial desta nota: o que são os fantasmas e as assombrações que são investigadas? São fantasmas sem história.

Já o paradigma socioantropológico, ao levar os fantasmas e assombrações a sério, parece dar-lhes uma história, situá-los em diálogo com outras histórias e com a cultura popular, e, assim, compreender suas funções na vida cotidiana. Não são contos folclorizados; são contextualmente situados e parecem ter como cenário os ambientes, territórios, espaços, instituições que são ou foram perpassadas por situações de violência, geralmente rastreáveis à violência colonial. O fantasma não é entendido como metáfora – apesar de poder assim ser utilizado, enquanto metáfora conceitual – e, dessa forma, não é reduzido à mera interpretação simbólica. Não são mais fantasmas sem história, reduzidos à categoria de crença e às escalas psicológicas e psiquiátricas; tampouco são lidos como deficitários ou faltantes. São capazes de possuir corpos vivos, de causar doenças, de reformular práticas rituais, de apontar para a medicalização psiquiátrica, para os racismos que atravessam a medicina, para novas formas de abordagens de acompanhamento em saúde mental para pessoas refugiadas, entre outras potencialidades. Todas elas apontam para um estado de coisas no qual algo parece estar fora de lugar. Este trabalho é situado no paradigma socioantropológico, e abordarei agora os referenciais teóricos que sustentaram os argumentos construídos a partir do trabalho de campo.

Entre autores e autoras que se debruçaram sobre o tema, como o filósofo Jacques Derrida, destaca-se como referência no tema a socióloga Avery Gordon (2008).

A assombração é um elemento constitutivo da vida social moderna. Não se trata nem de uma superstição pré-moderna nem de uma psicose individual; é um fenômeno social generalizável de grande importância.

Para estudar a vida social, é necessário confrontar seus aspectos fantasmagóricos. Esse confronto exige (ou produz) uma mudança fundamental na forma como conhecemos e produzimos conhecimento, em nosso modo de produção (Gordon, 2008, p. 7, tradução nossa).

Qualquer pessoa que se proponha a pesquisar recortes da vida social terá que se haver com fantasmas e assombrações, na teorização de Gordon (2008). A autora define a assombração, antes de tudo, como uma experiência; uma experiência paradoxal de enxergar o que aparentemente não está presente: a assombração nos conduz a outro lugar, nos faz ver coisas que não víamos antes, e, ao impedir o distanciamento racional e o controle voluntário, permite que as ambiguidades, as complexidades do poder, a violência, a esperança, a condição humana sejam expostas, sem qualquer intenção de conformar uma unidade coerente.

A assombração descreve ocasiões singulares, repetidas, em que perdemos o rumo, quando o familiar se torna estranho, quando o que estava encerrado se reabre e o que estava em nossos pontos cegos, aparece (Gordon, 2008). Defende a autora que a assombração, propriamente dita, faz referência a alguns elementos: é uma linguagem, um vocabulário específico; uma modalidade experiencial – geralmente assustadora, capaz de alterar nossa experiência temporal e perceptiva, a partir da produção de um momento em que as coisas não se encontram mais em seus lugares designados –, e é uma das formas pelas quais somos notificados de que aquilo que foi ocultado, negligenciado, ignorado, está extremamente vivo e presente, nos expondo às suas fissuras – ou “fraturas”, para nos aproximarmos de Malcom Ferdinand (2022).

Essa experiência é eminentemente social: “somos assombrados por contatos mundanos” (Gordon, 2008, p. 197, tradução nossa), por coisas nas quais estivemos envolvidos, mesmo que nos pareçam estrangeiras e distantes. Pelo contrário, a assombração notifica que essas coisas não são estrangeiras, que nós estamos nelas implicados: “alguma coisa está acontecendo que você não esperava; alguma coisa está aparecendo para você que havia sido mantido fora de vista” (Gordon, 2008, p. 178, tradução nossa). O argumento central da autora repousa naquilo que chamou de hipótese cultural sobre a maneira pela qual essa experiência acontece: a assombração é uma estrutura de sentimento compartilhada, em diálogo com o autor Raymond Williams.

Já em relação ao conceito de fantasma em Gordon (2008), este se apresenta não como invisível, presença-ausente, presença da ausência ou como um excesso inefável, mas como uma presença real que exige a sua atenção àquilo que não é enxergado. Reduzir o fantasma a metáforas ou ao retorno de uma pessoa morta ou desaparecida é insuficiente: ele é, antes, uma figura social, e sua investigação

adentra o terreno em que história e subjetividade se articulam na constituição da vida social. Enquanto figura social, ele pode tanto sinalizar o deslocamento ou ausência de alguma coisa, quanto constituir uma evidência empírica de que a assombração está acontecendo; o fantasma, para Gordon (2008), geralmente é um índice de opressão. Mais do que uma aparição isolada, o fantasma se configura como a principal forma pela qual alguma coisa perdida ou aparentemente inexistente se anuncia. É uma presença que insiste e que demanda algum tipo de ação.

Nessa perspectiva, admitir o fantasma implica acolhê-lo, reconhecê-lo e oferecer-lhe um lugar na memória, em um gesto orientado pela busca de justiça. E ele só pode ser percebido através da experiência da assombração, que nos envolve afetivamente e nos conduz para dentro da estrutura de sentimento. A assombração é o *modus operandi* de um fantasma. Trata-se, portanto, de conceitos operativos, cuja sustentação se encontra nas Ciências Sociais.

O fantasma ou a aparição é uma forma pela qual alguma coisa perdida, ou quase invisível para os nossos olhos supostamente bem treinados, se torna conhecido ou evidente para nós – à sua própria maneira, é claro. A maneira do fantasma é pela assombração, e esta é uma forma muito particular de conhecer o que aconteceu ou está acontecendo. Estar assombrado nos envolve afetivamente, às vezes contra a nossa vontade e sempre de modo um pouco mágico, na estrutura de sentimento de uma realidade que passamos a experienciar não como um conhecimento frio, mas como um reconhecimento transformador (Gordon, 2008, p. 8, tradução nossa).

1.4 Zonas assombradas em uma cidade imperial

Nesta nota final, exponho os principais argumentos e construções teóricas-etnográficas que sustentaram a noção de “zonas assombradas” como contribuição analítica do fenômeno em questão. Sem a intenção de aprofundamento conceitual, pontuarei as estruturas centrais para que a seguinte tese fosse construída: nos desastres de Petrópolis, os fantasmas e as assombrações configuram dimensões distintas, embora complementares, do que denomino “zonas assombradas” – um limítrofe não-lugar específico, marcado por transições, passagens e mortes, onde as sociabilidades se expandem para além dos vivos e são atravessadas por medos, marcadores interseccionais e por sentimentos e políticas de pertencimento. Nessas zonas, as narrativas se constituem como um trabalho coletivo de memória e elaboração, e como potente recurso contra o esquecimento, tendo nas mulheres suas principais agenciadoras – que coletivizam aquilo que poderia ser considerado individual, particular ou privado.

Ao tratar esses conceitos – fantasma e assombração – no contexto dos desastres (compreendidos como processos sociais), em diálogo com autoras e autores clássicos das Ciências

Sociais, como Roberto da Matta, José Carlos Rodrigues, Mary Douglas, Norbert Elias, Jeanne Favret-Saada, entre outros, as narrativas sobre fantasmas e assombrações tornaram-se experiências sociais, nas quais as *sociabilidades* configuraram-se como chave adequada para abarcar o trabalho de campo. Para tanto, foi preciso reconhecer as formas pelas quais essas narrativas circulavam e circulam pela cidade, em uma perspectiva relacional, bem como as formas pelas quais algumas abordagens teóricas mostravam-se insuficientes (e desrespeitosas) para compreender o fenômeno em questão.

Em campo, encontrei duas formas predominantes de leitura e enquadramento das narrativas em questão: a primeira acontecia a partir da mobilização da linguagem do trauma, acionando-a como categoria explicativa. Mais do que senso comum, esse achado demonstra aquilo que Fassin e Retchman (2009)² nos apresentaram em suas análises: o trauma como uma construção histórica, social, cultural e política. A segunda forma consistia em tratá-las com uma condescendência folclorizante e pitoresca, como nos advertiu Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018), capaz de estabelecer regimes de “verdades”, confluentes para a seguinte postura: “é verdade *para eles*, devo respeitar”. Portanto, foi necessário o afastamento crítico de perspectivas que tendem à medicalização ou ao psicanalismo³, assim como de perspectivas que tendem à condescendência – na qual a categoria de “crença” é central.

No primeiro caso, Peter Conrad ([1975] 2007) e Fassin e Retchman (2009) sustentam a crítica e o afastamento da leitura medicalizada dos fantasmas e assombrações como produtos do trauma. Conrad (2007) define a medicalização como o processo pelo qual problemas originalmente não médicos passam a ser entendidos e tratados como médicos, geralmente traduzidos em termos de doenças ou transtornos. O ponto central desse processo está na “definição”: quando algo é descrito em linguagem médica, interpretado dentro de seus parâmetros conceituais e tratado por meio de intervenções da medicina. Assim, o ato de “medicalizar” transforma questões da vida social em objetos da prática médica, criando diagnósticos, terapias e discursos que as enquadram como doenças: opera-se, também, uma patologização.

No segundo caso, a categoria de “crença” foi criticamente afastada das análises teóricas com apoio principalmente da antropóloga Jeanne Favret-Saada:

Dizer que Fulano “acredita” na maldade dos feiticeiros, na virgindade de Maria ou na autorregulação do mercado, é ter em mente apenas uma das muitas atitudes possíveis para esses objetos permitidas pela

² Fassin e Retchman (2009) desnaturalizam o trauma, mostrando que não se trata de uma categoria clínica universal, mas historicamente situada.

³ Para Castel (1978), o psicanalismo é uma espécie de tradução difusa da psicanálise no tecido social, expandindo-se por diferentes níveis da vida cotidiana e funcionando como um quadro interpretativo que regula condutas e modos de pensar.

semântica do “acreditar”. Ávidos por eliminar a ambiguidade, os etnólogos, portanto, atribuem a seus entrevistados uma única atitude: aquela de plena convicção. Mas, ao fazê-lo, eles mutilam a realidade que deveriam descrever: nos fatos, há um jogo entre as mil flutuações de atitudes nativas no campo da feitiçaria, e é esse espaço de oscilação que deveria constituir o objeto de uma etnografia da “crença”, um termo que seria melhor eliminar do vocabulário das ciências sociais (Favret-Saada, 2022, p. 10).

Dito de outra forma, este trabalho não exige que a pessoa leitora acredite em fantasmas, simplesmente porque essa categoria de crença não se aplica ao fenômeno estudado. Afastadas essas concepções que não refletem as experiências de campo, tornou-se clara a necessária categoria de *sociabilidade* para uma possível compreensão crítica desse fenômeno em Petrópolis. Norbert Elias e John Scotson ([1965] 2021) foram fundamentais para essa compreensão, principalmente em seu trabalho “Os Estabelecidos e os Outsiders”, assim como a socióloga argentina Elizabeth Jelin, com sua proposta de trabalho de memória, bem como o psicanalista húngaro Sándor Ferenczi, com sua concepção de plano subjetivo da memória e sua teoria do trauma – que não serão aprofundadas aqui. Alguns conceitos foram centrais para a tese proposta: a memória, o medo, o pertencimento. Foi preciso examinar e desatar os nós sobre “quem assombra quem, porquê, onde e quando” para que se tornasse inteligível as sociabilidades em jogo em Petrópolis – que se estendem para além das pessoas vivas.

Dessa forma, a questão sobre o pertencimento⁴ tornou-se central. Afinal, o fantasma, como figura social, é uma figura social deslocada: ela aparece onde não deveria aparecer; é estar onde não se deveria estar. Os espaços onde os fantasmas aparecem – como nas estradas ou nos ônibus – são espaços de transição ou não-lugares (Da Matta, 1994; Rodrigues, 2017; Douglas, 2019). São entre-espaços, encruzilhadas. O medo suscitado pelos fantasmas tampouco é um afeto natural, mas construído no tempo, com diversas significações e sentidos (Delumeau [1978] 1996). Nesse caso, o medo experienciado pelos sobreviventes de “ver um fantasma” pode ser compreendido como medo de enlouquecer ou “medo do colapso”. É o medo de ser catalogada como uma pessoa que enlouqueceu – e nos advertiu Fanon: “em última instância, um louco é uma pessoa que não encontra mais seu lugar entre as pessoas, seja porque se sente superior a elas, seja porque se sente indigna de entrar na categoria do humano. Em todo caso, ela se sente diferente delas” (Fanon, [1951] 2020, p. 324). Quando me refiro ao medo de enlouquecer, não me refiro à psicose, esquizofrenia ou a qualquer

⁴ Nira Yuval-Davis (2011) trabalha o conceito. De um lado, o sentimento de pertencimento, ligado à experiência cotidiana, aos afetos, às memórias e aos vínculos que oferecem continuidade e segurança à identidade. De outro, a política de pertencimento, que diz respeito às regras e mecanismos de poder que fixam os limites de inclusão e exclusão, definidos por critérios e marcadores interseccionais.

outra categoria médica ou psicológica; me refiro estritamente à dimensão relacional, como defendida por Fanon.

O desenraizamento, como uma experiência vivida pelo sentimento de não pertencimento, orienta a experiência da assombração. Tanto quem assombra, quanto quem é assombrado parecem ser figuras deslocadas, marcadas pelo desenraizamento e pelo não pertencimento ou inadequação em algum sistema de ordenação. Esse achado é corroborado pela pesquisa realizada no Vale do Cuiabá por Ibrahim (2018), na qual afirmou, desde o início de seu trabalho de campo, que a mudança na relação entre os moradores foi sua primeira observação: “foi possível compreender como esta relação foi devastada pelo desastre e pelo abandono que vivenciam, resultando numa linguagem que foi silenciada” (Ibrahim, 2018, p. 91).

Em uma cidade que possui uma relação, no mínimo, conturbada e dilacerada com seu passado colonial e imperialista, é preciso recursos para que suas histórias originárias sejam lembradas⁵. O “esquecimento” dos desastres pelo poder público, a “amnésia do céu azul”, é um sintoma de outros esquecimentos e apagamentos da história da cidade imperial. É preciso explicitar que essa história é conectada ao solo da cidade imperial(ista), onde as violências coloniais, uma vez negadas, seguem orientando suas estruturas de ordenamento. Com isso, defendo que os fantasmas e as assombrações, neste trabalho, são originários do encontro colonial do qual somos herdeiros, cuja herança se expressa cotidianamente nos comentários mais banais. Como defendido por Ferdinand (2022), o desastre começa com o colonialismo e o habitar colonial.

A experiência da assombração em contextos de desastres em Petrópolis pode ser compreendida a partir de um núcleo constante e de uma dimensão variável. Seu núcleo, de caráter afetivo e social, está no desenraizamento – isto é, na percepção de não pertencimento a uma ordem hegemônica. Esse sentimento distingue aqueles que vivenciam a assombração, tornando-os mais sensíveis à essa experiência. Já o fantasma corresponde à dimensão variável da experiência: não é a assombração em si, mas seu sinalizador, assumindo formas diversas conforme o sujeito e o seu contexto. Enquanto figura social deslocada, fora de lugar, que interpela e convoca, o fantasma expressa demandas vinculadas a experiências específicas de opressão. Desse modo, a assombração articula um

⁵ A obra de Lucas Ventura e Natália da Paz Lage, “Petrópolis, entre o conhecido e o (des)conhecido: história, estudos reunidos e novas abordagens” (2024), configura um dos primeiros trabalhos de descolonização da história de Petrópolis.

núcleo comum de desenraizamento a manifestações particulares, que exigem atenção às diferenças e às interseccionalidades.

Defendo que as assombrações e os fantasmas cumprem a função de um trabalho de memória, no sentido de Jelin (2012). Contamos aquilo que nos foi “memorável”, contamos eventos a partir de histórias. Entendo as histórias de fantasmas como aquelas que nos evocam afetivamente, que circulam livremente pela cidade, através das ruas e dos ônibus. Elas tomam o espaço e são repassadas de geração em geração. Contamos histórias sobre eventos, e as histórias permanecem. “É preciso imaginação para compreender essas coisas. Ou é preciso memória” (Fanon, 2021, p. 317).

Diferentemente do que poderíamos imaginar à primeira vista, essas zonas não são assustadoras, apesar de serem originadas no terror: o terror da colonização de pessoas, de terras ou de espaços psíquicos – que tem no medo sua ferramenta principal. Zonas assombradas são, portanto, aqueles não-lugares de circulação, trânsitos e passagem, povoados por mortes e violências, onde o medo é a principal marca sensível dos restos de terror advindos do sentimento de desenraizamento, que, por sua vez, é profundamente atravessado por marcadores interseccionais. Mas é também ali que se possibilita e se autoriza um trabalho de memória e elaboração da experiência do desastre, empreendido principalmente por mulheres, a partir de narrativas afetivas e publicamente engajadas, resistentes e contrárias ao processo histórico cidadão de negligência, esquecimentos e apagamentos do passado – em uma cidade que insiste em desprezá-los como águas passadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o risco de reduzir o trabalho etnográfico e de apresentar um texto fragmentado, propus apresentá-lo em notas, quase como um mapa teórico de autores e autoras que sustentaram os argumentos centrais e que podem ser úteis a quem se interessar pelo tema. As tramas conceituais que detalham a tese sobre zonas assombradas perpassam outros extensos caminhos que não pude aprofundar neste artigo.

Uma das finalidades desta pesquisa é contribuir para a expansão de formas de escuta, de enquadramento, de diálogo, de percepção, de pensamento e de fala sobre – e com – as pessoas que sobrevivem a desastres. Tal ampliação pode ter efeitos nas maneiras como são formuladas políticas públicas e como oferecemos e organizamos cuidado em saúde – especialmente nos campos *psi*. Os argumentos defendidos podem ter utilidade para outras discussões, principalmente nas áreas da saúde

coletiva e da antropologia da saúde, ao proporem lentes analíticas para o fenômeno dos fantasmas e assombrações em desastres, até então não abordado em pesquisas no Brasil.

Nesse percurso, embora não explicitados nesta breve comunicação, foram encontrados temas de importância para ambas as áreas, como: violências interseccionais, sociabilidades, desenraizamento, masculinidade, abuso de substâncias, descaso e negligência do Estado. Convivemos com as mudanças climáticas e conviveremos de formas cada vez mais próxima, de formas radicalmente diversas, a depender de nossos marcadores interseccionais. Como percebemos, são temas que atravessam os desastres e é preciso que tenhamos pluralidades epistêmicas de forma a compreendê-los para além dos mecanismos solução-problema.

Essas narrativas são, assim, trabalhos de memória e elaboração, realizados em um lugar que não quer lembrar. Esse trabalho parte de quadros sociais que permitem refletir sobre a vida social metropolitana e sobre as formas pelas quais as experiências e memórias são registradas – para além daquelas intocáveis, cristalizadas e preservadas por monumentos e museus. Com esta etnografia, espero: ter contextualizado o Brasil em um panorama global onde os fenômenos dos fantasmas e das assombrações se proliferam após situações de desastres, respeitado o vocabulário da assombração acionado em campo, sem traduzi-lo em termos médicos, psicológicos ou psicanalíticos, mas como forma de relação social; fornecido um esboço de matriz teórica para a compreensão dessas experiências e narrativas, importantes para o planejamento e construção de estratégias de cuidado para populações afetadas por desastres; fornecido ferramentas teórico-analíticas para o trabalho clínico e social; questionado as fronteiras entre proximidade e distância em referência aos lugares dos quais o conhecimento acadêmico é produzido e construído; e fomentado perguntas e questões sobre as histórias de vida e sobre os lugares ocupados pelas pessoas que se interessarem pela leitura, na íntegra, desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BERBERIAN, Alique.; GONZALEZ, David; CUSHING, Lara. Racial Disparities in Climate Change-Related Health Effects in the United States. *Current Environmental Health*, v. 9, n. 3, p. 451-464, 2022.

BIEHL, João. **Vita**: Life in a Zone of Social Abandonment. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2013. 453 p.

BLAUDT, Larissa Mozer; ALVARENGA, Thomas Wunsch; GARIN, Yuri. Desastre ocorrido em Petrópolis no verão de 2022: aspectos gerais e dados da Defesa Civil. *Revista Geociências*, v. 42, n. 1, p. 59-71, 2023.

BLANCO, María del Pilar; PEEREN, Esther. **The Spectralities Reader: Ghosts and Haunting in Contemporary Cultural Theory**. Nova York: Bloomsbury Academic, 2013.

BOLIN, Bob. **Race, Class, Ethnicity, and Disaster Vulnerability**. In: RODRÍGUEZ, H; QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. R. (Ed.). *Handbook of Disaster Research*. Delaware: Springer, 2007.

CARDOZO, C. P.; MONTEIRO, A. M. V.; LOPES, E. S. S. **Vulnerabilidade, Riscos e Mortalidade no Desastre de 2011 em Nova Friburgo**. In: BARCELLOS, C.; CORVALÁN, C.; SILVA, E. L. *Mudanças Climáticas, Desastres e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2022.

CASTRO, Antonio Luiz Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil: Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília: MP, 1998. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/>

CONRAD, Peter. **The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, [1975] 2007.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVID, Emiliano de Camargo. **Saúde mental e relações raciais: desnorreamento, aquilombação e antimanicolonialidade**. São Paulo: Perspectiva, 2024

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300 – 1800**. São Paulo: Companhia das Letras, [1978] 1996.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, [1966] 2019.

DOURADO, Francisco; ARRAES, Thiago Coutinho; FERNANDES E SILVA, Mariana. O Megadesastre da região serrana do Rio de Janeiro: as causas do evento, os mecanismos dos movimentos de massa e a distribuição espacial dos investimentos de reconstrução no pós-desastre. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 35, n. 2, p. 43–54, 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021.

ENARSON, Elaine.; FOTHERGILL, Alice; PEEK, Lori. **Gender and Disaster: Foundations and Directions**. In: RODRÍGUEZ, H; QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. R. (Ed.). *Handbook of Disaster Research*. Delaware: Springer, 2007.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, [1952] 2020a.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, [1961] 2021.

FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FAVRET-SAADA, Jeanne. O desenfeitiçamento em Bocage sem distrações conceituais. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 31, p. 1-19, 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERDINAND, Malcolm. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GORDON, Avery. **Ghostly Matters: haunting and the sociological imagination**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

GUERRA, Antonio José Teixeira; GONÇALVES, Luiz Fernando Hansen; LOPES, Patrícia Batista Melo. Evolução histórico-geográfica da ocupação desordenada e movimentos de massa no município de Petrópolis, nas últimas décadas. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 8, n. 1, p. 77-86, 2007.

GUSTAFSSON, M. L. The Living and the Lost: War and Possession in Vietnam. *Anthropology of Consciousness*, v. 18, n. 2, p. 56–73, 2007.

GUSTAFSSON, M. L. **War and Shadows: The Haunting of Vietnam**. 1a ed. Nova York: Cornell University Press, 2009.

IBRAHIM, Samira Younes. *Análise da memória social dos afetados no desastre socioambiental de janeiro de 2011 no Vale do Cuiabá – Petrópolis*, RJ. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

JELIN, Elizabeth. **State Repression and the Labors of Memory**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.

KILROY-MARAC, Katie. Speaking with revenants: Haunting and the ethnographic enterprise. *Ethnography*, v. 14, n. 1, p. 1-22, 2013.

KILROY-MARAC, Katie. **An impossible inheritance: postcolonial psychiatry and the work of memory in a West African clinic**. Oakland: University of California Press, 2019. 339 p.

KWON, Heonik. **Ghosts of War in Vietnam**. 1a. ed. Nova York: Cambridge University Press, 2008.

MACEDO, Eduardo Soares de; SANDRE, Lucas Henrique. Mortes por deslizamentos no Brasil: 1988 a 2022. *Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental*, v. 12, n. 1, p. 110-117, 2022.

MARCHEZINI, Victor. **Dos desastres da natureza a natureza dos desastres**. In: VALENCIO, N. et al. (Ed.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima, 2009.

MARCHEZINI, Victor. A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes. *Interseções*, v. 16, n. 1, p. 174-196, 2014.

MARCHEZINI, Victor. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 83, n. 1, p. 43-72, 2017.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Mariza. **A teoria vivida**: e outros ensaios de antropologia. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PEIRANO, Mariza. A eterna juventude da antropologia: etnografia e teoria vivida. *Ponto Urbe*, v. 2, 2007. Disponível em:
http://marizapeirano.com.br/capitulos/2018_a_eterna_juventude_da_antropologia_2.pdf

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PARRY, Richard Lloyd. **Ghosts of the Tsunami**: Death and Life in Japan's Disaster Zone. New York: MCD, 2017. 320 p.

PERRY, W. Ronald. **What is a disaster?** In: RODRÍGUEZ, H; QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. R. (Ed.). *Handbook of Disaster Research*. Delaware: Springer, 2007.

QUARANTELLI, Enrico. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Abingdon: Routledge, 1998.

RITTICHAINUWAT, Bongkosh. Tsunami recovery: A case study of Thailand's tourism. *Journal of Travel Research*, v. 47, n. 4, p. 390-404, 2006.

RITTICHAINUWAT, Bongkosh. Ghosts: A travel barrier to tourism recovery. *Annals of Tourism Research*, v. 38, n. 2, p. 437-459, 2011.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, [1983] 2017.

ROCHA, Vânia; LONDE, Luciana. **Desastres**: velhos e novos desafios para a saúde coletiva. 1a ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Paranoid reading and reparative reading, or, you're so paranoid, you probably think this essay is about you**. In: *Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity*. Durham: Duke University Press, 2002. p. 123-151.

SEIFERT, Daniel. *Desastres naturais podem desencadear um aumento nas crenças em fantasmas e eventos paranormais? Veja o que descobriu a ciência*. National Geographic Brasil, 7 nov. 2024. Disponível em:
<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/11/desastres-naturais-podem-desencadear-um-aumento-nas-crencas-em-fantasmas-e-eventos-paranormais-veja-o-que-descobriu-a-ciencia>

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SORAJJAKOOL, S. Tsunami and ghost stories in Thailand: exploring the psychology of ghosts and religious rituals within the context of Thai Buddhism. *The journal of pastoral care & counseling*, v. 61, n. 4, p. 343–349, 2007.

VALENCIO, Norma. **Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre**. In: VALENCIO, N. et al. (Ed.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima, 2009.

VALENCIO, Norma. Entre sirenes, rotas de fuga e exercícios de simulação: vida cotidiana sob os riscos de desastres. *Saúde em Debate*, v. 44, n. Especial 2, p. 20-32, 2020.

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, Norma. Elementos constitutivos de um desastre catastrófico: os problemas científicos por detrás dos contextos críticos. *Ciência e Cultura*, v. 68, n. 3, p. 41–45, 2016.

VALENCIO, Norma.; VALENCIO, Arthur. O assédio em nome do bem: Dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres, *Lumina*, v. 12, n. 2, p. 19-39, 2018.

VARGAS, Denise. **“Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco**. In: VALENCIO, N. et al. (Ed.). *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima, 2009.

VARLEY, Emma; ISARANUWATCHAI, Wanrudee; COYTE, Peter C. Ocean waves and roadside spirits: Thai health service providers' post-tsunami psychosocial health. *Disasters*, v. 36, n. 4, p. 656-675, out. 2012.

VENTURATO-LANDMANN, Raquel Duarte; VALENCIO, Norma. “A alagação ofende!”: considerações sociológicas acerca de um desastre silente no Alto Juruá, Acre, Brasil, *Novos Cadernos NAEA*, v. 17, n 2, p. 239-264, 2014.

WATTS, M. **Silent Violence: Food, Famine and Peasantry in Northern Nigeria**. Berkeley: University of California Press, 1983.

WEISS, Mariana Tello. Vivid dreams: oneiric and spectral visits among the relatives of disappeared people during the last dictatorship in Argentina. Apresentação em conferência, *Dreams Conference*, University of Warsaw, 2020.

YAMA, Megumi. The Meaning of Mystical Experiences on the Boundary between Life and Death: Observations from Survivors of the Great East Japan Earthquake. *Jung Journal: Culture & Psyche*, v. 13, n. 2, p. 21-34, 2019.

YANG, Chiang-Hsing; HUANG, Yu-Tung; JANES, Craig; LIN, Kuan-Chia; LU, Tsung-Hsueh. Belief in ghost month can help prevent drowning deaths: a natural experiment on the effects of cultural beliefs on risky behaviours. *Social Science & Medicine*, v. 66, n. 9, p. 1990-1998, 2008.

YUVAL-DAVIS, Nira. **The politics of belonging**: intersectional contestations. London: SAGE Publications Ltd, 2011.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado no Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pode ser acessado em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/25058>

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Brasil (2023-2025), processo E-26/ SEI-260003/006203/2023.

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR: O autor foi responsável pela conceitualização, metodologia, pesquisa de campo, coleta, organização e análise dos dados, e pela escrita final do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA): A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT foi utilizada exclusivamente para a normalização de referências bibliográficas.

MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER

Doutor em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Mestre em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz. Psicanalista, membro associado do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Foi residente do Instituto Philippe Pinel, trabalhador da Rede de Atenção Psicossocial do RJ e professor assistente na UFF.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.